



destaques do mês

Falta de trilhos vai atrasar construção de ferrovias

O esgotamento dos trilhos para as obras de ferrovias da Valec causará atrasos na Ferrovia Norte-Sul e na Oeste-Leste. Além disso, as duas licitações que foram realizadas para a compra de trilhos foram suspensas, sem previsão de retomada. A Valec está à frente da construção de um trecho de 600 km da Ferrovia Norte-Sul, que ligará as cidades de Ouro Verde (GO) e Estrela d'Oeste (SP). E tem a missão de construir mil km da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), entre os municípios de Ilhéus, no litoral baiano, e Barreiras, no sertão do Estado. Em meio às construções, o Governo Federal está pressionando as siderúrgicas brasileiras a retomar a produção de trilhos no País, que não são produzidos desde 1996, quando a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) paralisou a linha em Volta Redonda (RJ) por falta de demanda. No começo do ano, a Valec realizou duas licitações para compra de trilhos para a Norte-Sul e Fiol. Um único consórcio - formado pela empresa brasileira PNG Brasil Produtos Siderúrgicos e a chinesa Pangang Group - apresentou proposta para a Norte-Sul, vencendo os dois leilões. O Tribunal de Contas da União (TCU), no entanto, emitiu uma medida cautelar, que suspendeu as licitações. Para o TCU, há indícios de que o edital restringiu a competição de demais empresas, entre outros problemas técnicos. Tanto a Valec quanto a PNG apresentaram explicações ao Tribunal, mas a liminar acabou mantida para que as avaliações sejam aprofundadas. Em relação à Fiol, como o edital era praticamente o mesmo daquele utilizado na Norte-Sul, a Valec decidiu, por conta própria, suspender essa segunda compra, até que o mérito do processo seja julgado pelo TCU. (26.02.2013 - Valor Econômico)

Atraso em linha afeta usinas do Madeira

Um dos principais projetos de infraestrutura do Governo, as hidrelétricas do Rio Madeira podem ter de deixar turbinas desligadas por falta de linhas para transmitir energia. As usinas de Santo Antônio e Jirau enviarão energia às regiões Sudeste e Sul por duas linhas de transmissão de 2.400 km cada uma, orçadas em R\$ 8 bilhões e com a construção atrasada. A primeira linha deveria estar pronta desde fevereiro do ano passado. A previsão oficial é que entre em funcionamento em abril próximo, mas, internamente, o Governo admite novo adiamento. Atualmente, dez máquinas estão ligadas na usina de Santo Antônio e essa energia vem sendo transmitida pela rede local para Acre e Rondônia e uma pequena parte vai para o Sudeste por meio de uma linha de transmissão que já existia, de menor capacidade. Até abril, ao menos outras cinco máquinas, três em Santo Antônio e duas em Jirau, vão entrar em operação, ultrapassando a capacidade do atual sistema. Após a conclusão das obras, o Ibama tem 45 dias para conceder a licença de operação, necessária para o início das transmissões. Apesar de o relatório da Aneel indicar dificuldades nas obras, a Agência afirma que o principal motivo dos atrasos está na morosidade do licenciamento ambiental. Até agora, nenhuma empresa foi multada, mas a Aneel notificou as construtoras responsáveis e analisa se tiveram culpa na demora. (27.02.2013 - Folha de São Paulo)

painel

■ Edital das rodovias BR-040 e BR-116 sai em junho

O edital do leilão de trechos das rodovias BR-040 e 116 será republicado em junho, e não sairá junto com os demais sete lotes que irão a leilão neste ano, confirmou o presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Bernardo Figueiredo. Mais informações no site: www.antt.com.br

■ ANP lança primeiro leilão após 5 anos

ANP apresentou os 289 blocos que devem entrar na 11.ª rodada de licitações de áreas exploratórias, em 14 e 15 de maio. O primeiro leilão no País em quase cinco anos terá lances mínimos somando R\$ 627 milhões. Caso todos os blocos sejam arrematados, os investimentos mínimos exigidos somariam R\$ 3 bilhões. Serão 123 blocos em terra e 166 em mar,. Mais informações no site: www.anp.gov.br

Transnordestina sela acordo, mas ferrovia só ficará pronta em 2016

Com as mudanças, aumentando o valor da obra e fixando novos prazos para a entrega do empreendimento, o Governo já aceita a ideia que o trecho entre Eliseu Martins (PI) e Suape (PE) ficará pronto apenas em 2015. A ligação entre Salgueiro (PE) e Pecém (CE) sairá somente em 2016. O valor global da obra deverá passar de R\$ 5,4 bilhões para cerca de R\$ 7,5 bilhões, com aumento do financiamento público, por meio de bancos oficiais e fundos regionais. Diante do esforço em promover os novos leilões de infraestrutura a investidores privados, a alternativa de tirar a concessão da Transnordestina Logística (TLSA) foi descartada. Avaliou-se que isso poderia prejudicar a imagem do Governo em um momento crucial para a Presidente, que está pessoalmente empenhada em estreitar o diálogo com empresários e garantir o êxito das novas rodadas de privatizações de ferrovias, rodovias, portos e aeroportos. Outro fator considerado foi uma provável judicialização do projeto. Com tudo isso, a decisão foi refazer o acordo com TLSA e adotar medidas mais rígidas para o cumprimento do contrato. A vocação da ferrovia é escoar a produção da nova fronteira agrícola (principalmente Maranhão e Piauí) e de novas reservas minerais (minério de ferro no Piauí e o polo gesso em Pernambuco). São previstas mais de 30 milhões de toneladas de cargas por ano, no fim da década de 2020. As obras da Nova Transnordestina tiveram início em junho de 2006. Se não houver mais atrasos, a Transnordestina será entregue em 2016. (22.02.2013 - Valor Econômico)

A Presidente Dilma Rousseff defende abertura de portos para investimento da iniciativa privada

A Presidente Dilma Rousseff defendeu a abertura dos portos para investimentos privados e destacou que a Medida Provisória 595 não retirará nenhum direito dos portuários. Mas para a Presidente, implica, necessariamente, em abrir os portos à concorrência, com o intuito de reduzir custos. O Ministro da Secretaria Especial de Portos, Leônidas Cristino, reiterou que o objetivo da MP 595 foi definido a partir de um diagnóstico de baixa eficiência logística no escoamento da produção e do breve esgotamento da capacidade instalada. Segundo ele, até 2015, a capacidade dos portos brasileiros não dará mais conta da demanda, que vem evoluindo a cada ano. No último dia 22, o Governo e os portuários fecharam um acordo para suspender as greves nos portos até o próximo dia 15 de março. Os trabalhadores protestam por mudanças na Medida Provisória. (27.02.2013 - Agência Brasil)

Concessão de ferrovia terá subsídio de R\$ 36 bilhões

O Governo Federal prevê a necessidade de entrar com um subsídio em torno de 40% de todo o investimento planejado. Tomando como base o investimento anunciado de R\$ 91 bilhões, isso significa que cerca de R\$ 36 bilhões sairão do Tesouro Nacional ao longo dos 35 anos de duração dos contratos, mesmo indiretamente. Esse montante foi apontado pelos estudos que balizam as concessões e estão em fase final de elaboração, conforme antecipa o Presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Bernardo Figueiredo. (27.02.2013 - Valor Econômico)

Fundo do Tesouro para infraestrutura começa com R\$ 7 bilhões

O Governo vai criar um fundo para repassar diretamente a Bancos Estaduais e privados recursos subsidiados para financiar projetos de infraestrutura. O objetivo é diminuir a burocracia e estimular investimentos. Neste ano, o Tesouro Nacional deve aportar ao fundo R\$ 7 bilhões, valor que tende a aumentar. Técnicos do Ministério da Fazenda estão na fase final de detalhamento do funcionamento do fundo. O Tesouro emitirá títulos públicos e, com os recursos, comprará quotas do fundo. A remuneração será baseada na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), hoje fixada em 5% ao ano. Os empréstimos a serem concedidos pelos bancos com recursos do fundo terão custo equivalente à TJLP, acrescido de *spread* máximo fixado pelo Governo para cada segmento de infraestrutura. No caso das concessões de rodovia, por exemplo, os financiamentos custarão TJLP mais 1,5% ao ano. O Governo decidiu criar o fundo depois de constatar que o crédito concedido pelo BNDES demora muito para ser liberado. Segundo estimativa oficial, entre o pedido e a liberação dos recursos, o dinheiro demora mais de um ano para chegar aos cofres das empresas. A meta é reduzir esse prazo para algo entre três e seis meses. Hoje, o BNDES é o único banco que concede empréstimos de longo prazo no mercado. (01.03.2013 - Valor Econômico)

Governo pretende dar auxílio às distribuidoras

O Tesouro Nacional vai fazer uma espécie de empréstimo às distribuidoras de energia, para garantir às empresas condições de pagar pela eletricidade gerada pelas usinas termoeletricas e, ao mesmo tempo, evitar um repasse imediato do custo para os consumidores. As distribuidoras de energia terão acesso a recursos depositados em fundo setorial. O dinheiro terá que ser devolvido aos cofres públicos no futuro, depois que a Aneel aprovar os reajustes anuais de tarifas. O Governo ainda não definiu quanto será depositado no fundo. Para dar conta de todas as atribuições que passaram para este fundo, o Governo deposita pagamentos antecipados de créditos pela usina hidrelétrica de Itaipu. Esses recursos passaram a ser usados para cobrir integralmente desde programas sociais até o custo da recusa de grandes empresas em renovarem seus contratos de concessão. Só em 2013 já estava previsto o uso de R\$ 8,5 bilhões por meio desse mecanismo. (25.02.2013 - O Estado de São Paulo)

SAC defende que vagas em Congonhas sejam redistribuídas entre empresas

A Azul pode conseguir 245 *slots* (horários de pousos ou decolagens) por semana em Congonhas, uma participação de cerca de 7,5% nos voos do aeroporto mais rentável do País, se forem adotados os critérios propostos pela Secretaria de Aviação Civil (SAC) para alterar a regra de distribuição de *slots* no aeroporto. A estimativa é de Jorge Leal Medeiros, professor de transporte aéreo da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Apesar de ter 15% do mercado doméstico, a Azul possui hoje apenas dois horários em Congonhas, usados para uma frequência de ida e volta para o Rio. A ampliação da presença da Azul em Congonhas prevê, na prática, uma transferência para ela de *slots* das líderes Gol e TAM. A Gol é dona de 1.486 *slots* semanais em Congonhas, uma participação de 45,9% no aeroporto. Já a TAM detém uma fatia de 48,3% dos horários para pouso

ou decolagem. Com a nova regra, Gol e TAM perderiam, respectivamente, 140 e 115 slots semanais, segundo cálculos do professor da USP. A SAC defende que os slots em Congonhas sejam redistribuídos entre as empresas aéreas usando-se critérios como participação de mercado, presença em voos regionais e eficiência operacional. A proposta da SAC prevê a implementação das mudanças de forma gradativa, o que faria com que a Azul conseguisse imediatamente apenas um terço dos horários a que teria direito pela regra, um número que chegaria a 731 chegadas ou partidas de Congonhas por semana. (27.02.2013 - O Estado de São Paulo)

Serviço de saneamento deve ser compartilhado, decide STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que Estados e Municípios devem atuar de maneira compartilhada na prestação de serviços de saneamento. A decisão foi tomada após 12 anos de debates na Corte sobre a titularidade da prestação dos serviços. Ao fim, a maioria dos ministros do STF votou pela competência compartilhada. "O tribunal decidiu que não pode haver preponderância nem do Estado e nem dos Municípios", explicou o presidente da Corte, Ministro Joaquim Barbosa. A solução, segundo ele, é a de criação de entidades, unindo o Estado e os Municípios para tratar do saneamento e definir quem fará a prestação dos serviços. A única questão que ainda não foi definida é o prazo para a criação dessas entidades. O Ministro Luiz Fux pediu vista a respeito da definição desse prazo. O Ministro Mendes havia proposto que ele deveria ser de 24 meses a contar da decisão do STF. O Ministro Lewandowski concordou com esse prazo. Mas, para fixá-lo, o STF precisa de maioria de dois terços dos ministros, oito votos num total de onze. (01.03.2013 – Valor Econômico)

Para TCU, atraso da Anatel põe em risco transmissão da Copa

De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) enfrentará dificuldades para concluir projetos que visam garantir a segurança e o funcionamento do setor durante a Copa de 2014. Segundo relatório do Tribunal, foram concluídas licitações referentes a apenas 11,6% dos R\$ 45,7 milhões que a Agência Reguladora deveria ter comprometido em 2012 com projetos exigidos pelo Gcopa (Comitê Gestor da Copa 2014, grupo do Executivo que acompanha as ações de preparação para a Copa do Mundo de 2014). Trata-se de duas concorrências para a compra de equipamentos. Em apenas uma delas a compra foi efetivada. Em resposta ao TCU, a Anatel afirmou que 8 de 31 projetos estão fora do prazo. Diante da situação, o Tribunal concluiu que há risco de a Agência não obedecer os prazos impostos para modernização de sua estrutura -o que pode gerar, por exemplo, problemas para a transmissão dos jogos da Copa do Mundo pela TV. Parte dos projetos pendentes visa à criação de uma infraestrutura específica para controlar "usuários mal-intencionados ou desavisados que venham a utilizar dispositivos não compatíveis com padrões estabelecidos no Brasil", uma das possíveis causas para que haja interferência nas transmissões. (05.03.2013 – Folha de São Paulo)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2017

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	4.922	1.323	2.302	4.039	3.667	16.253
Otimista	4.952	1.323	2.302	4.494	3.667	16.738

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	2.666	1.179	1.350	0	0	5.195
Otimista	3.065	1.179	1.942	650	0	6.836

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	2.844	681	643	0	0	4.168
Otimista	4.078	3.253	2.131	291	0	9.753

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	10.432	3.183	4.296	4.039	3.667	25.615
Otimista	12.095	5.754	6.375	5.435	3.667	33.326

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

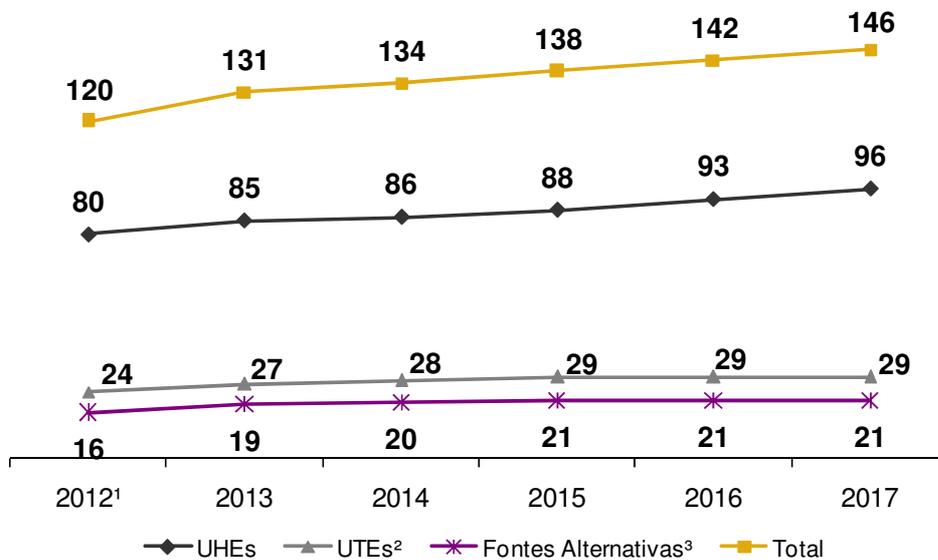
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

*Inclui as participantes e as não-participantes do Programa Prioritário de Termelétricas.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 3% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2017.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 33 mil MW no período 2013-2017. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

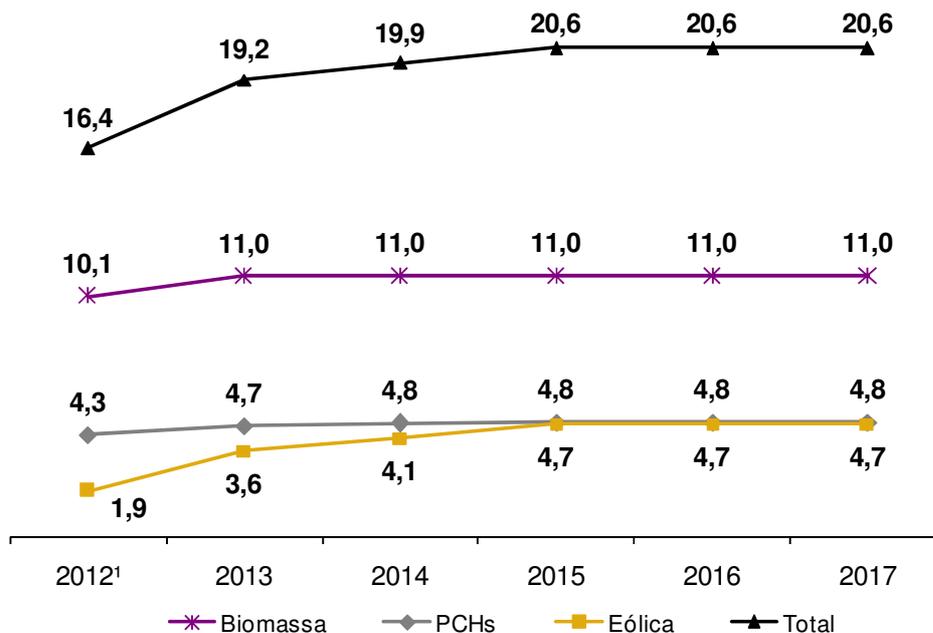
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2012.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2012.

Entre 2012 e 2017, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 20% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 22% no mesmo período. Em dezembro de 2012, a participação das UHEs foi de 66% na matriz elétrica nacional e não deve sofrer alteração até 2017. A participação na capacidade total instalada das UTES deve permanecer em 20%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2017.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2017, passará de 2% para 3%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2013, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 8,7% e 4%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2017, Baixo Iguaçu (PR) apresenta restrição para a contratação de 320 MW e São Roque (SC) com restrição de contratação de 135 MW. No cenário conservador, 16,3 mil MW devem entrar em operação até 2017.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 6,8 mil MW até 2017, apenas cerca de 5,2 mil MW (76%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A usina hidrelétrica de Santo Antônio conta com onze unidades geradoras em operação comercial e duas em fase final de comissionamento, vale dizer, giro mecânico e ensaios com carga. A expectativa da Santo Antônio Energia é de totalizar pelo menos 24 máquinas em geração até dezembro de 2013. Essas máquinas estão conectadas à Rede Elétrica Regional Acre/Rondônia através do sistema Back-to-Back da Subestação Coletora de Porto Velho, contando ainda com a alternativa de conexão através da subestação provisória de 465 MVA, implantada pela Santo Antônio Energia.

A conexão final ao sistema interligado nacional, no Subsistema Sudeste/Centro-Oeste, dependerá da entrada em operação do primeiro bipolo do Sistema de Transmissão do Madeira, em extra alta tensão. A linha de transmissão em corrente contínua, de 600 kV, que faz parte do Sistema de Transmissão do Madeira, está em fase final de implantação com certo atraso, pois sua conclusão, no trecho entre os Estados de Rondônia e Mato Grosso, foi em parte afetada pelo regime de chuvas desta época do ano na Região Amazônica. As Subestações Conversoras de Porto Velho 1 e Araraquara 1 já estão em comissionamento, com previsão de operação para o final do primeiro semestre deste ano, junto com a Linha de Transmissão que operará em 600 kV.

A geração comercial da primeira unidade da usina hidrelétrica de Jirau, prevista para maio, está condicionada ao enchimento do reservatório, à conclusão da montagem eletromecânica e à realização dos testes de comissionamento.

Os Consórcios que constroem as obras de Santo Antônio e Jirau iniciam agora em março as negociações de dissídio coletivo com os sindicatos e representantes dos trabalhadores, na expectativa de que as negociações ocorram num clima de ordem e serenidade e de que não ocorram atos de vandalismo como em anos anteriores.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 514 MW de potência adicional até 2017. Já no cenário otimista, até 2017, devem entrar em operação 1,2 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação dos 32 MW.

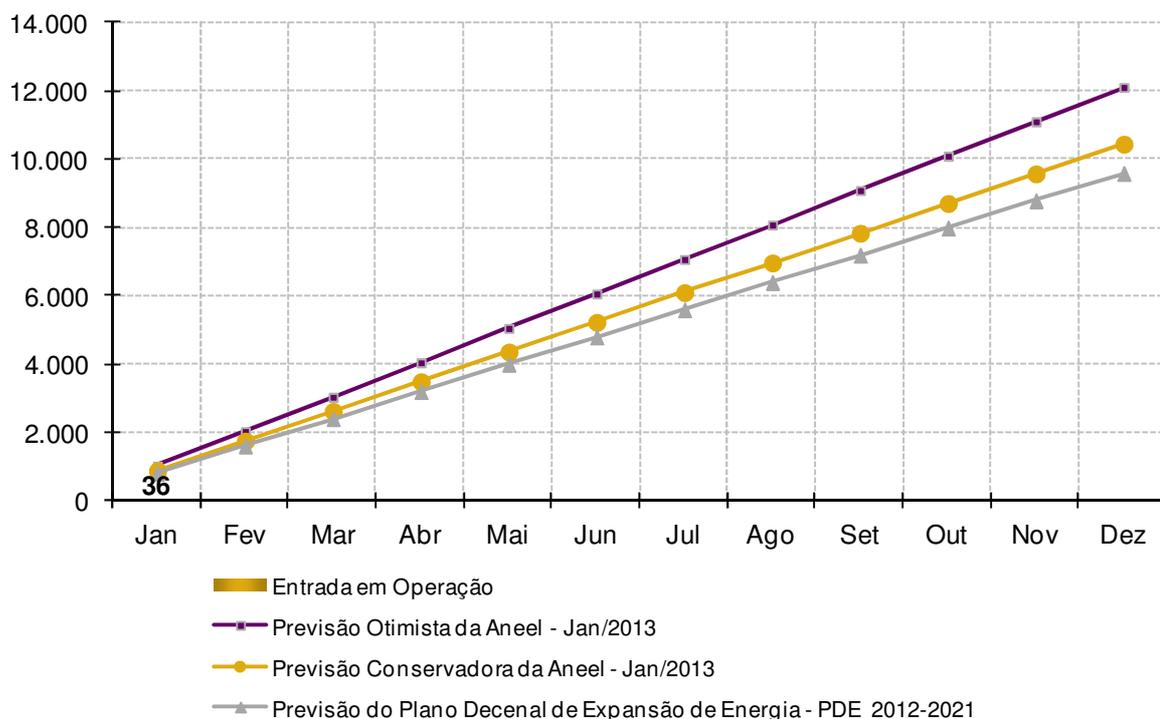
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 843 MW até 2017. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,6 mil MW para o mesmo período. As seis usinas a biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas devem acrescentar 2,8 MW no período. Na previsão otimista, espera-se um incremento de 6,9 mil MW até 2017.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

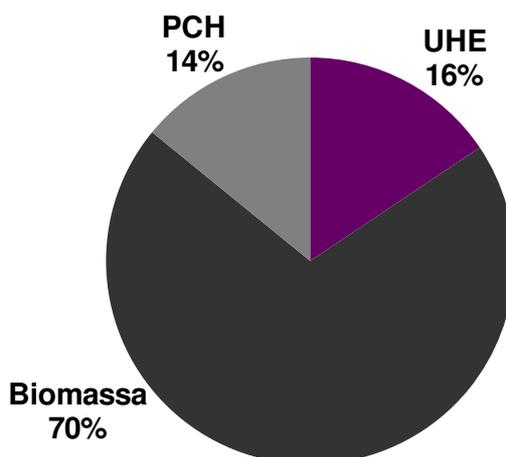
Expansão da Capacidade de Geração em 2013 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2013, até 15 de janeiro, entraram em operação 36 MW. Desse total, as UTEs a biomassa representaram 70% da potência total instalada. As UHEs representaram 16% da potência total instalada e as PCHs representaram 14% da capacidade instalada no período

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de janeiro de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em janeiro de 2013, 38.311 GWh, apresentando crescimento de 5% em relação a janeiro de 2012.

De acordo com a EPE, a expansão do consumo ocorreu principalmente nas classes residencial e comercial, explicado por razões conjunturais, como a temperatura especialmente elevada no mês de janeiro conjugada a um índice pluviométrico baixo, o que teria levado ao aumento da irrigação.

Em janeiro de 2013, o consumo industrial de energia elétrica foi de 14.306 GWh, valor 2% inferior ao observado no mesmo mês de 2012. O consumo industrial de energia elétrica apresentou crescimento de 0,3% em relação ao mês anterior, crescimento aderente ao índice de confiança do empresário industrial, que sustenta que há otimismo no setor com relação ao curto prazo.

Ainda de acordo com a EPE, em janeiro de 2013, no Nordeste, o consumo industrial de energia aumentou 1,4% com queda apenas no Maranhão, em razão do comportamento da indústria do alumínio. Bahia, Ceará, Pernambuco e Alagoas, que concentram mais de 60% do consumo regional, apresentaram taxas de crescimento elevadas, acima de 10% nos dois últimos casos. A retração da produção na indústria do alumínio explica ainda a queda de 8,4% no consumo industrial da região Norte. Já no Sudeste, o baixo desempenho da cadeia minero-metalúrgica também explica a queda do consumo industrial de energia. Na Região Centro-Oeste, o crescimento de 1,8% no consumo de energia está associado à expansão da indústria ligada à atividade agropecuária nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Na Região Sul, houve retração de 2% no consumo industrial da região.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Janeiro 2012	Janeiro 2013	Var. %
Residencial	9.794	10.912	11
Industrial	14.599	14.306	-2
Comercial	6.477	7.195	11
Outras	5.485	5.898	8
Total	36.355	38.311	5

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de janeiro de 2013 foi de 66 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 8% inferior ao produzido no mesmo mês do ano anterior.

O grau API médio do petróleo produzido em janeiro de 2013 foi de aproximadamente 23,7°, sendo que 8% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 55% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 37% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

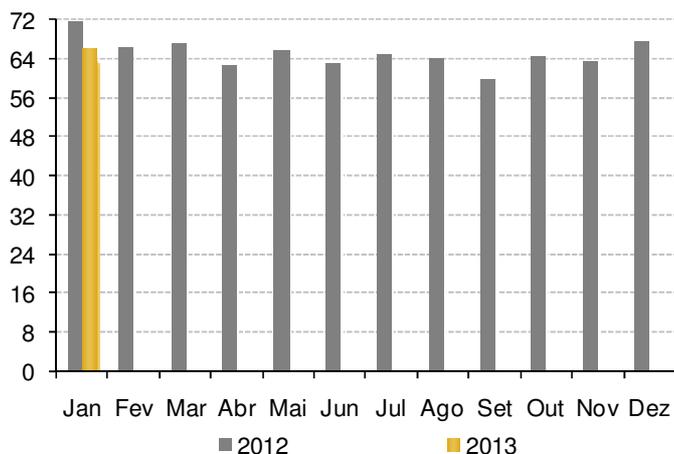
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em janeiro de 2013, foi de 65 milhões de bep. Esse volume foi 11% superior ao observado em janeiro de 2012.

De acordo com a ANP, em janeiro de 2013, cerca de 91% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em janeiro de 2013, foi de 5,4 milhões de bep, valor 66% inferior ao exportado em janeiro de 2011.

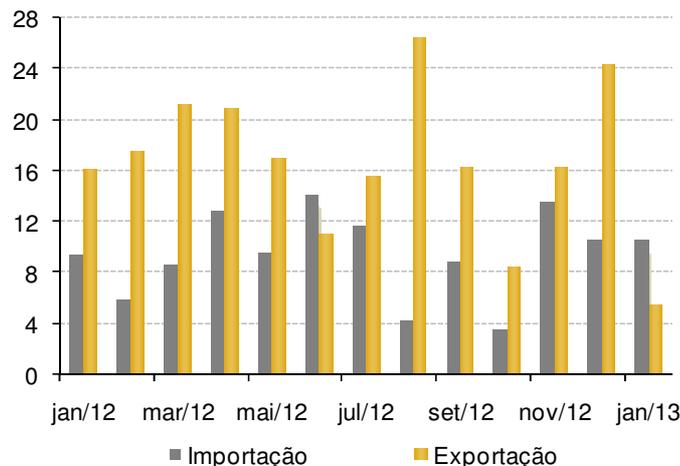
O preço médio do petróleo importado pelo País, em janeiro de 2013, foi de US\$ 115,16/barril, valor 4% inferior ao observado em janeiro de 2012.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



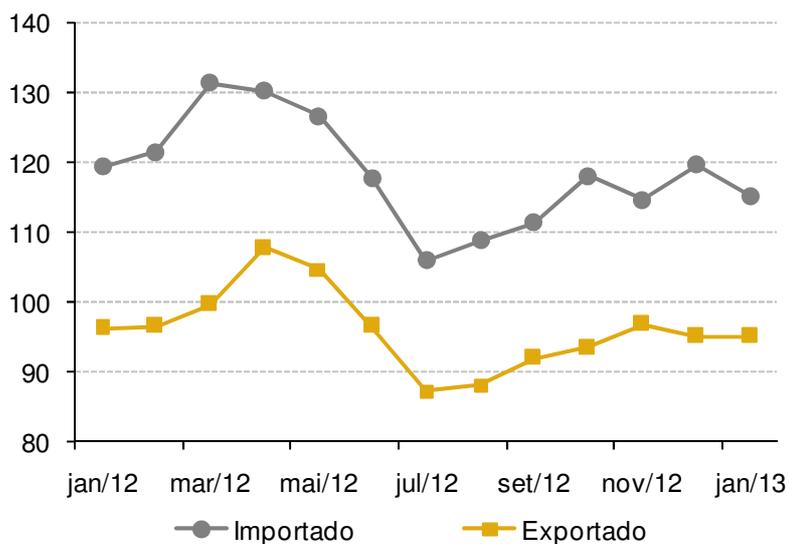
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

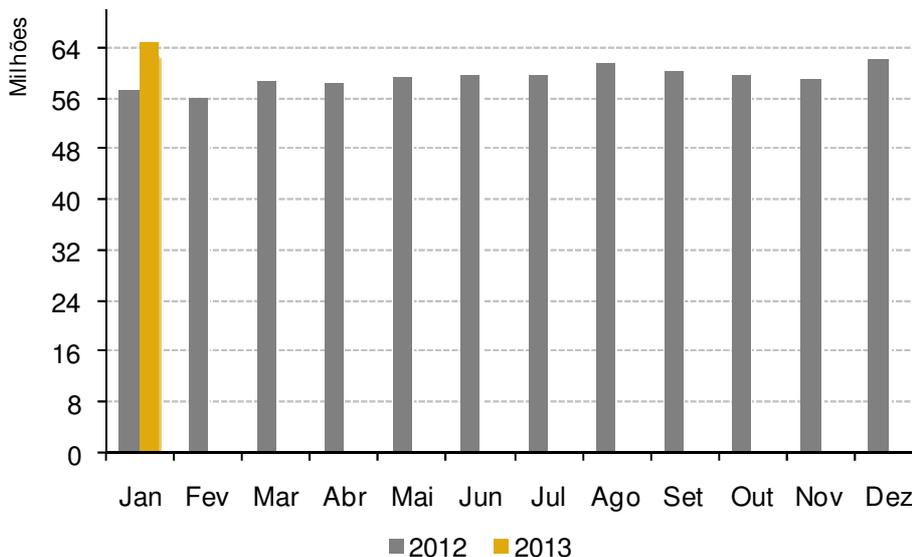


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

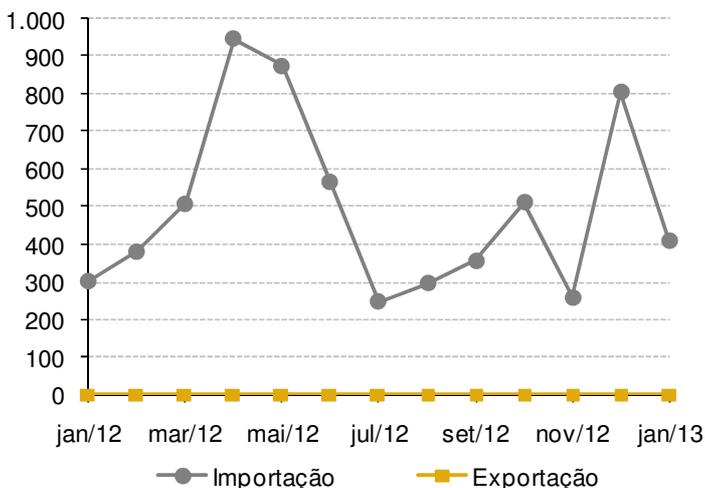
Em janeiro de 2013, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 65 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³) apresentou valor 13% superior ao produzido em janeiro de 2012.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



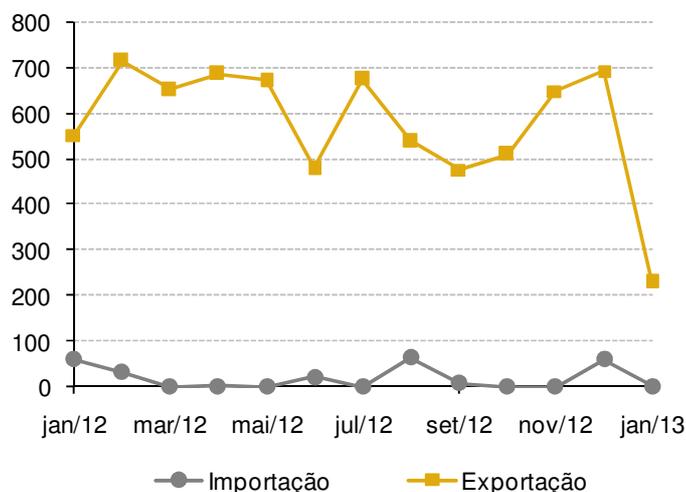
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

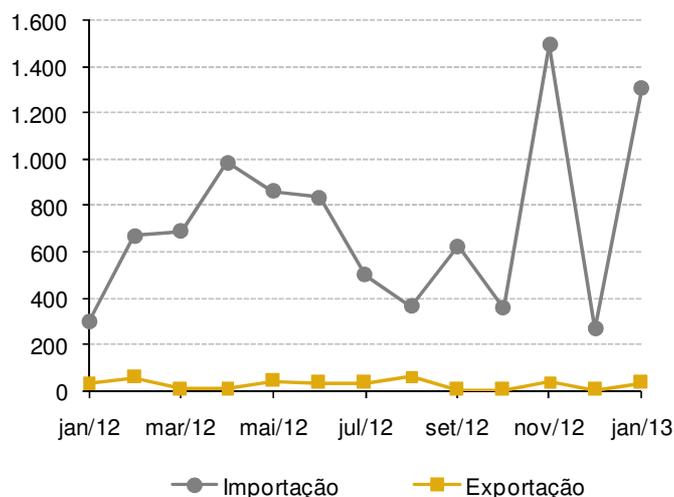


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em janeiro de 2013, foi de 19 milhões bep, valor 90% superior ao registrado em janeiro do ano anterior.

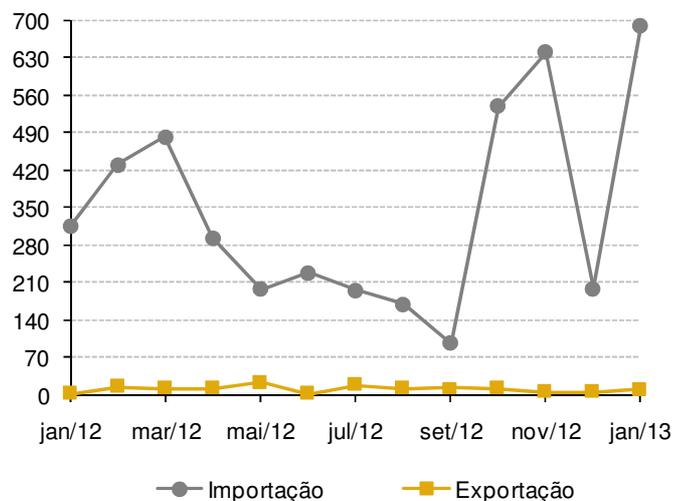
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em janeiro de 2013, foi constatado um total de 6 milhões bep, o que representa um volume 26% inferior ao mesmo mês de 2012.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em janeiro de 2013, o Brasil registrou uma dependência externa de 22% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação líquida de petróleo e derivados foi de 18 milhões de bep frente a um consumo aparente de 84 milhões de bep.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	jan/2012	jan/2013
Produção de Petróleo (a)	72	66
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-7	5
Imp. Líq. de Derivados (c)	2	13
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	67	84
Dependência Externa (e)=(d-a)	-5	18
Dependência Externa (%) (e)/(d)	-7	22

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em janeiro de 2013, apresentou saldo negativo de US\$ 1,7 bilhão FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 1,7 bilhão FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US\$ 1,1 bilhão FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	jan/12	jan/13
Petróleo		
Receita com exportação (a)	1.554	474
Dispêndio com importação (b)	1.119	1.214
Balança Comercial (c)=(a-b)	435	-741
Derivados		
Receita com exportação (d)	887	706
Dispêndio com importação (e)	195	1.629
Balança Comercial (f)=(d-e)	691	-923
Petróleo e Derivados		
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.441	1.180
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.314	2.843
Balança Total (i)=(g)-(h)	1.126	-1.664

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

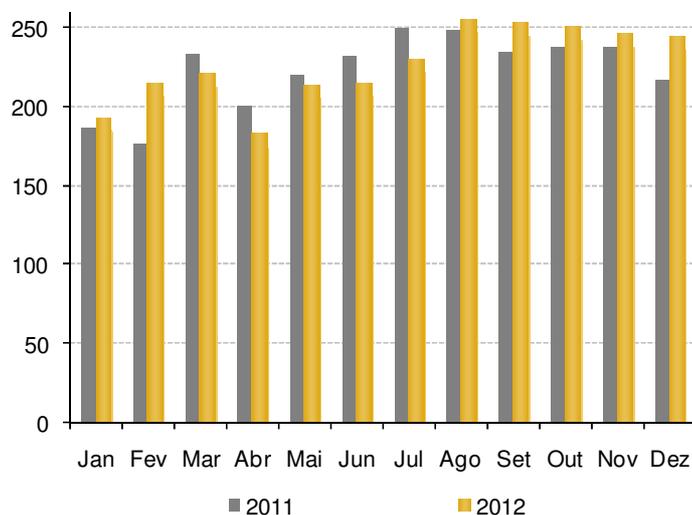
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

Até o fechamento desta edição, a ANP não havia atualizado os dados referentes a produção nacional de biodiesel. Seguem as últimas informações disponíveis.

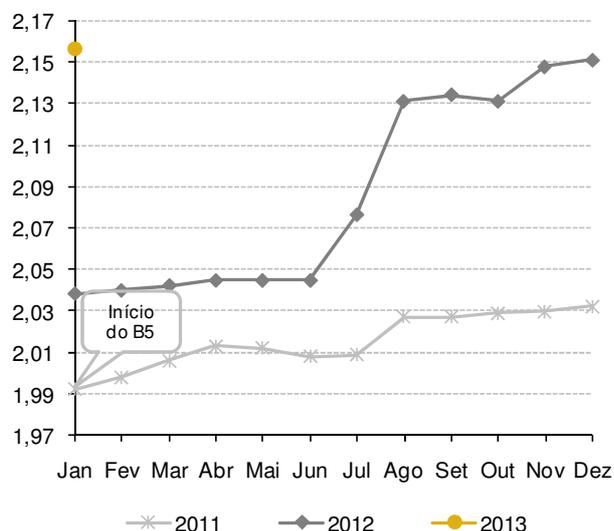
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em janeiro de 2013, foi de R\$ 2,15/ ℓ, valor 6% superior observado em janeiro de 2012.

Produção de Biodiesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

* B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2012/2013 produziu, até o dia 1º de janeiro de 2013, 22.843 mil m³ de álcool, sendo 13.453 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (59%). Em relação ao mesmo período da safra 2011/2012, houve uma diminuição de 2% na produção de álcool hidratado.

A produção total de álcool foi 3% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com queda na produção do álcool hidratado e alta na produção de álcool anidro.

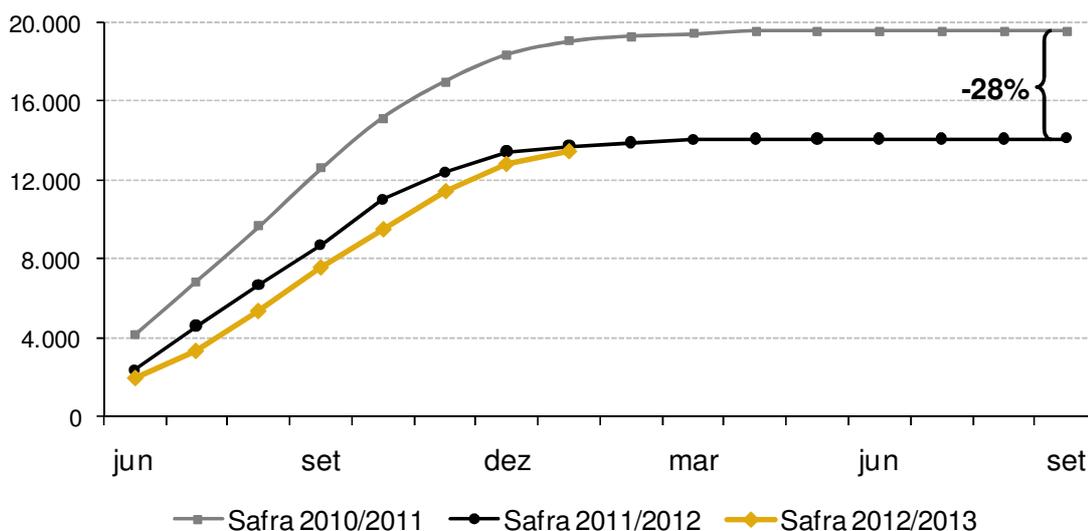
A produção de açúcar apresentou alta. Até 1º de janeiro de 2013, produziu-se 36.919 mil ton de açúcar, volume 11% superior ao observado no mesmo período da safra 2011/2012.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2011/2012 (até 1º de janeiro de 2012)	Safra 2012/2013 (até 1º de janeiro de 2013)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	8.349	9.390	12
Álcool Hidratado (mil m ³)	13.732	13.453	-2
Total Álcool (mil m³)	22.082	22.843	3
Açúcar (mil ton)	33.351	36.919	11

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)

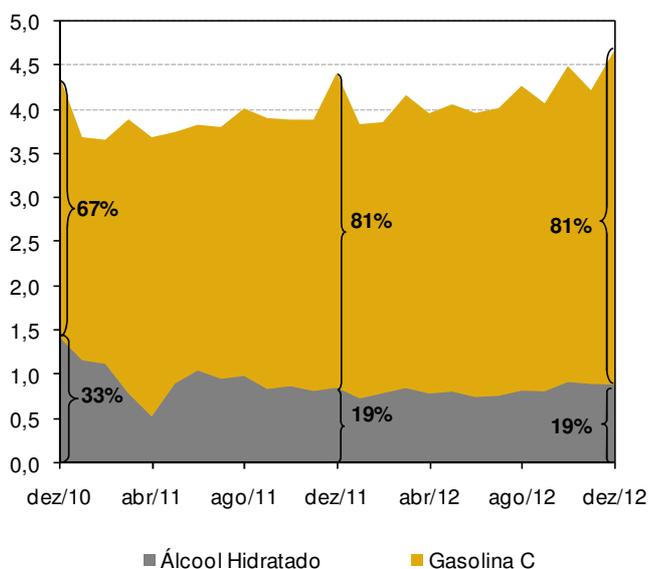


Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

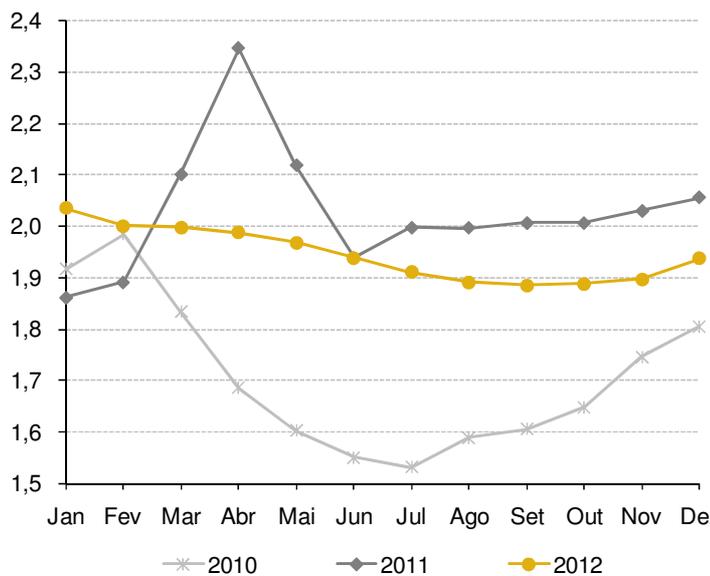
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

Até o fechamento desta edição, a ANP não havia atualizados os dados referentes às vendas de álcool etílico hidratado. Seguem as últimas informações disponíveis.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



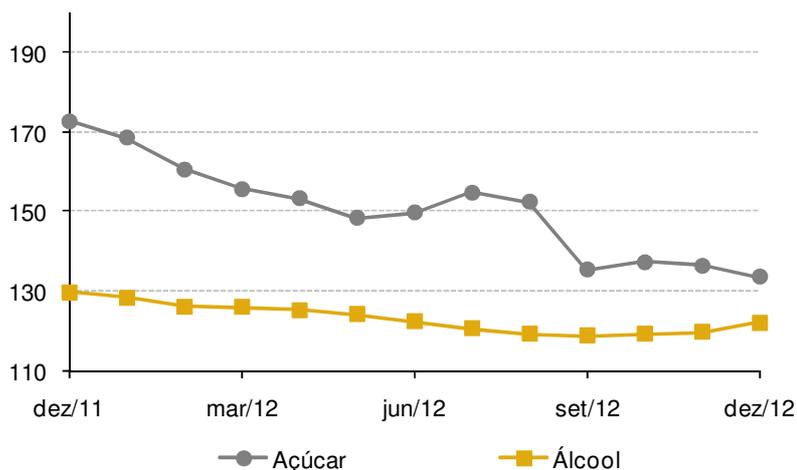
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em janeiro de 2013, foi de 75.852 mil m³, representando um aumento de 7% comparado à média verificada em janeiro de 2012.

A importação de gás natural realizada pelo País em janeiro de 2012 foi de 48.322 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 100.286 mil m³/dia. Este montante é 51% superior ao observado em janeiro de 2012.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 31% em janeiro de 2013. Em janeiro de 2012, essa proporção havia sido de 37%.

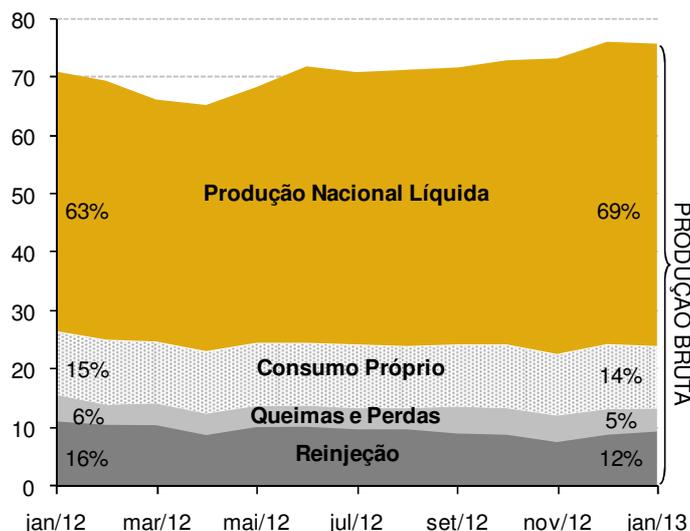
Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em jan/2012	Média em jan/2013
Produção Nacional¹	71.093	75.852
- Reinjeção	11.256	9.476
- Queimas e Perdas	4.493	3.901
- Consumo Próprio	10.713	10.512
= Produção Nac. Líquida	44.631	51.963
+ Importação	21.672	48.322
= Oferta	66.303	100.286

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

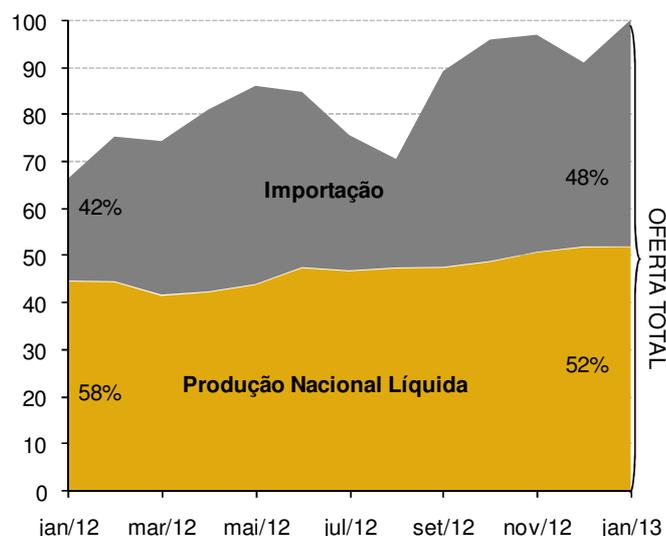
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em janeiro de 2013 foi, em média, de 70 milhões de m³/dia. Essa média é 57% superior ao volume médio diário consumido em janeiro de 2012.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m ³ /dia)	Variação %
	jan/13	jan-2013/ jan-2012
Industrial	27.224	-3
Automotivo	4.901	-5
Residencial	655	-8
Comercial	655	1
Geração Elétrica	29.581	370
Co-geração*	2.402	-19
Outros	4.638	385
Total	70.056	57

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

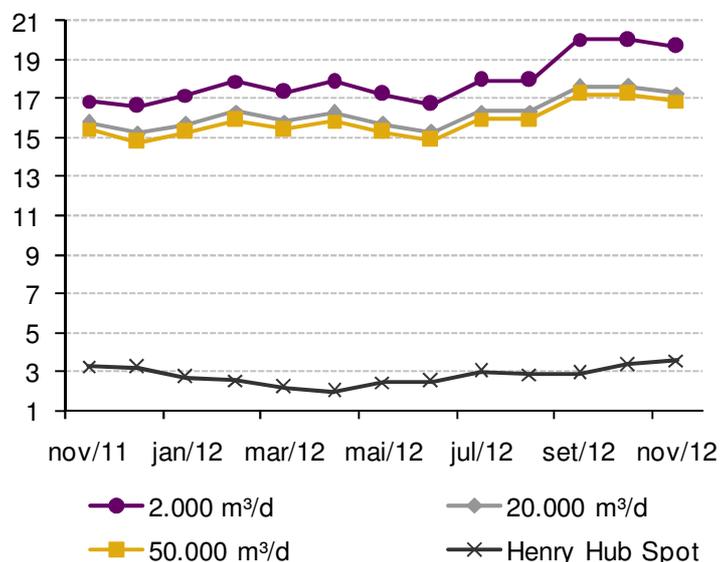
Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

O setor industrial, em janeiro de 2013, consumiu 27 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa uma diminuição de 3% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A geração elétrica foi responsável por 42% do volume total de gás consumido em janeiro de 2013. O setor foi seguido pela indústria responsável por 39% do consumo de gás natural em janeiro de 2013.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

Até o fechamento desta edição o Ministério de Minas e Energia não havia atualizado os dados para o mercado de gás em dezembro de 2012. Seguem as últimas informações disponíveis.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

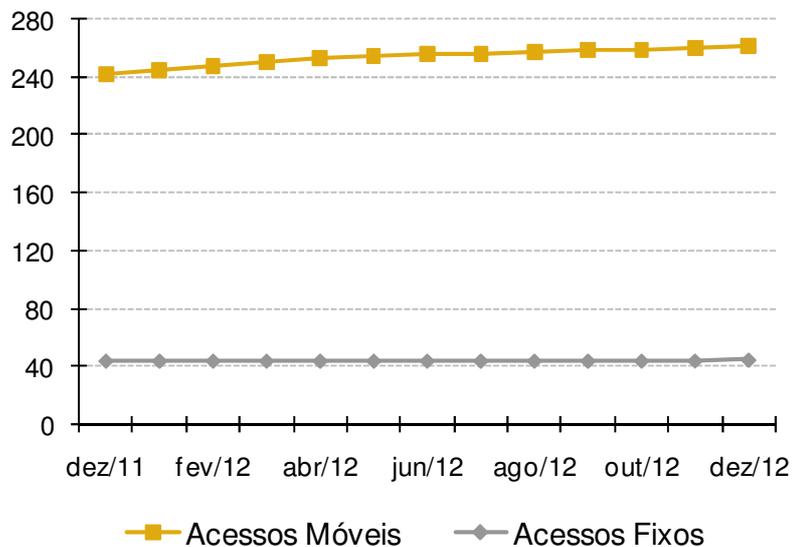
² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Até o fechamento desta edição a Anatel não havia atualizado os dados referentes aos Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis. Seguem as últimas informações disponíveis.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)

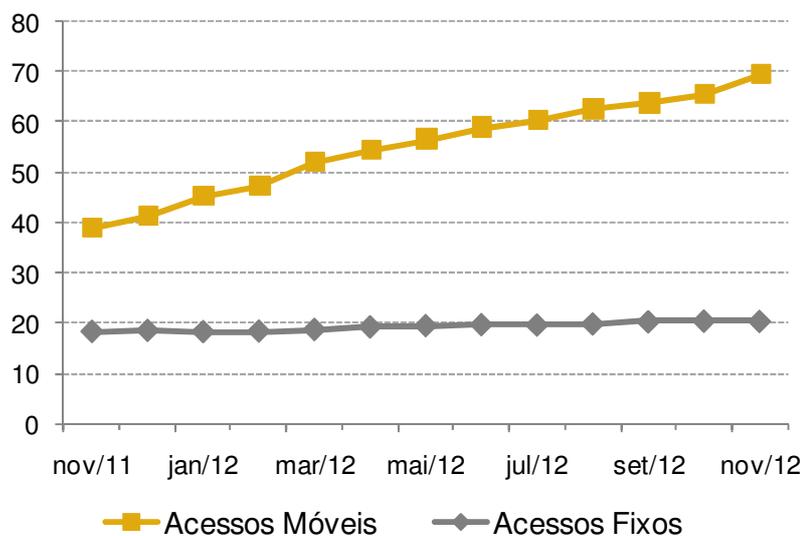


Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

Até o fechamento desta edição, a Anatel não havia atualizado os dados referentes aos Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa. Seguem as últimas informações disponíveis.

Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel¹ e Fixa² (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

¹ WCDMA, M2M e Banda Larga Móvel

² Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em dezembro de 2012, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) foi 2% superior ao observado em dezembro de 2011, enquanto a movimentação de granel líquido foi 3% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em dezembro de 2012, foi 2% superior em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Em dezembro de 2012, os TUPs representaram 73% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 51.622 mil toneladas, volume 3% superior a dezembro de 2011. Os portos públicos movimentaram 19.092 mil toneladas em dezembro de 2012, volume similar ao mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em novembro de 2012 foi de 795.948 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 9% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

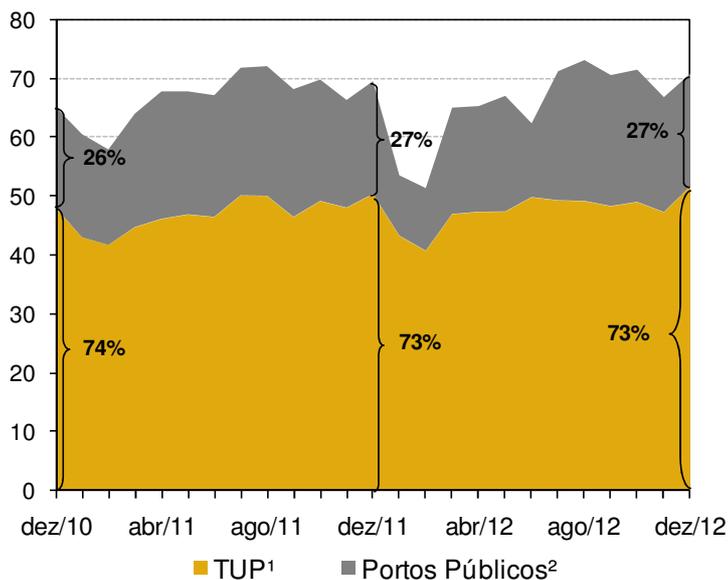
	Período		Variação %
	Dez/2011	Dez/2012	Dez-2012 / Dez-2011
Granel Sólido (a)	46.931	47.833	2%
<i>Portos Públicos</i>	14.039	13.907	-1%
<i>TUPs</i>	32.892	33.927	3%
Granel Líquido (b)	18.695	19.163	3%
<i>Portos Públicos</i>	3.877	4.186	8%
<i>TUPs</i>	14.818	14.978	1%
Carga Geral Solta (c)	3.726	3.757	1%
<i>Portos Públicos</i>	1.156	999	-14%
<i>TUPs</i>	2.569	2.757	7%
Total (a+b+c)	69.351	70.754	2%
<i>Portos Públicos</i>	19.072	19.092	0%
<i>TUPs</i>	50.280	51.662	3%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (104 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Cargas
(milhões t)

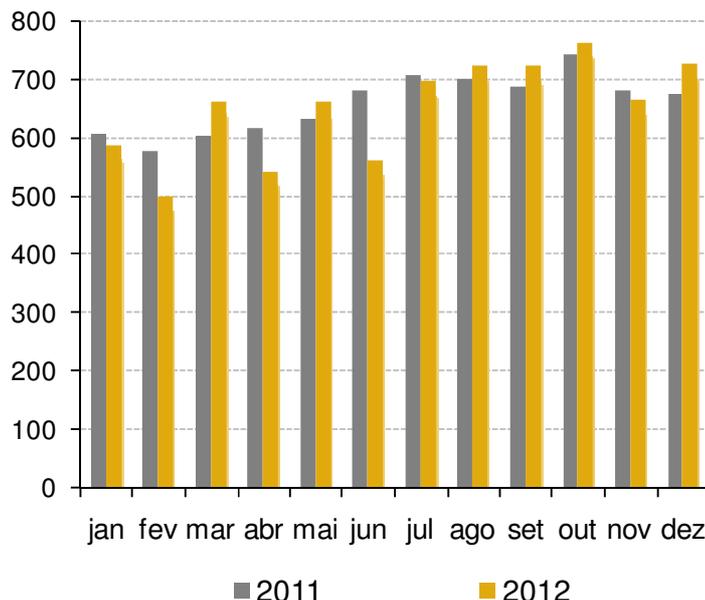


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (104 instalações)

² Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Contêineres*
(milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

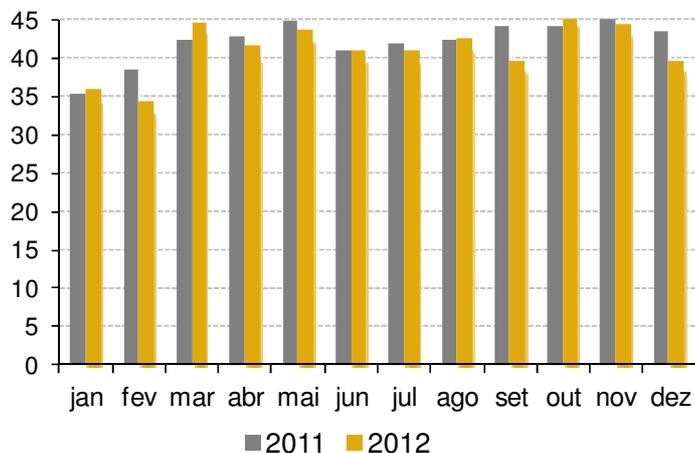
* Terminais de uso privativo (104 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

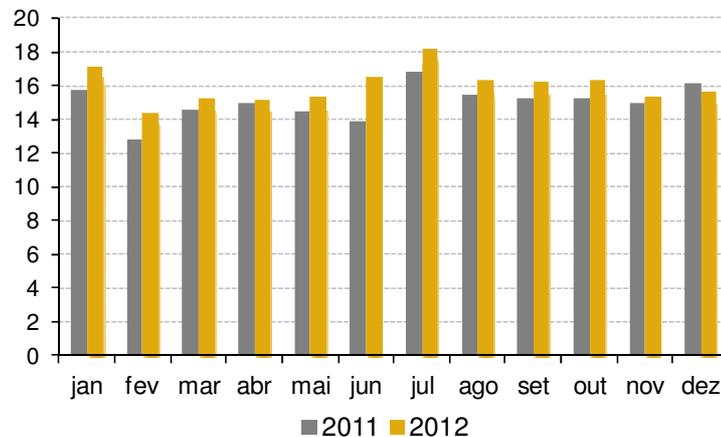
Até o fechamento desta edição, a INFRAERO não havia homologado os dados de movimentação de carga do mês de janeiro de 2013. Seguem as últimas informações disponíveis.

Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)



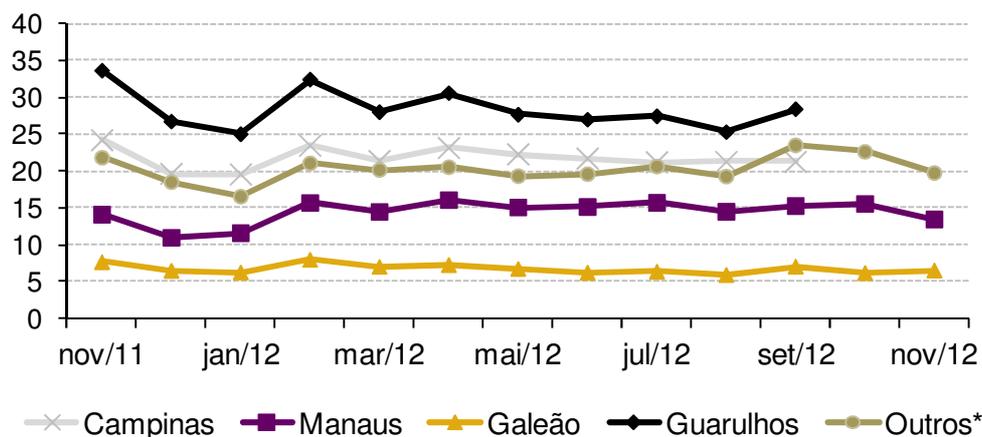
Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros
(mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Carga Aérea nos Principais Aeroportos¹ (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

¹ Dados referente a carga movimentada na Rede de Terminais de Logística de Carga (TECA).

* 30 demais aeroportos da rede TECA não mencionados

Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos*

Ano	Jan-Dez (mil)	Variação (%)	Dezembro (mil)	Variação (%)
2003	71.216	-	6.427	-
2004	82.706	16	7.748	21
2005	96.079	16	8.832	14
2006	102.185	6	8.904	1
2007	110.570	8	10.120	14
2008	113.264	2	9.910	-2
2009	128.136	13	12.530	26
2010	155.364	21	14.685	17
2011	179.901	16	16.078	9
2012	191.618	7	15.662	-3

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (66 aeroportos).

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em janeiro de 2013, foi de 36 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 13% superior ao observado no mesmo mês de 2012. Nesse período, a movimentação de produção agrícola foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (247%). O minério de ferro correspondeu a 78% do total movimentado em janeiro de 2013.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Janeiro

Ano	2013	2012	Variação (%)
Mercadoria	Jan (mil TU)	Jan (mil TU)	acum-13/ acum-12
Minério de Ferro	28.096	24.777	13
Produção Agrícola (exceto soja)	2.473	713	247
Indústria Siderúrgica	1.208	1.276	-5
Carvão/Coque	787	839	-6
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	769	771	0
Grãos Minerais	658	645	2
Soja e Farelo de Soja	446	1.057	-58
Aubos e Fertilizantes	425	518	-18
Extração Vegetal e Celulose	366	358	2
Indústria Cimenteira e Construção Civil	252	364	-31
Cimento	236	194	22
Container	221	176	26
Carga Geral - Não Containerizada	15	19	-20
Total	35.953	31.705	13

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em janeiro de 2013, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 52,5 milhões de toneladas, montante 22% superior ao averiguado em janeiro do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 95%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t	Variação %
	Jan/2013	jan-2013 / jan-2012
Marítimo	49.762	22
Fluvial	611	53
Aéreo	133	15
Ferroviário	66	27
Rodoviário	935	1
Outros*	964	34
Total	52.472	22

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Até o fechamento dessa edição o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não havia atualizado os dados referentes ao desembolso na área de infraestrutura para janeiro de 2013. Seguem as últimas informações disponíveis.

Desembolso mensal BNDES

Setor	dez/2011	jan-dez/2011	dez/2012	Participação	jan-dez/2012	acum-12/acum-11
	R\$ milhão	R\$ milhão	R\$ milhão		%	R\$ milhão
Refino e Álcool	606	4.466	875	7	6.282	41
Energia Elétrica e Gás Natural	3.112	16.286	4.965	40	19.361	19
Saneamento	129	1.550	143	1	1.492	-4
Telecomunicações	359	3.108	3.138	25	4.836	56
Transporte	2.746	31.000	3.220	26	21.632	-30
<i>Aéreo</i>	10	395	515	-	546	38
<i>Aquaviário</i>	366	1.981	310	-	2.223	12
<i>Terrestre</i>	2.370	28.624	2.395	-	18.864	-34
Total Infraestrutura	6.952	56.410	12.341	100	53.604	-5

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

Como o orçamento de 2013 ainda não foi aprovado, a dotação autorizada exposta na análise provavelmente sofrerá alterações. Segue a execução orçamentária da União até 27 de fevereiro de 2013.

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2013 foi de, aproximadamente, R\$ 2,0 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 27 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 1,4% do orçamento total de 2013.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 5,7 bilhões o que representa 50% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2013, foram empenhados R\$ 2,7 bilhões, o que representa 10% da dotação autorizada. Até o dia 27 de fevereiro, foram liquidados R\$ 102 milhões e pagos do orçamento R\$ 2 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 3,7 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 5,7 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2013, foram empenhados R\$ 89 milhões (2% da dotação). Não houve liquidações ou pagamentos. Os restos a pagar pagos somam R\$ 694 milhões.

Cerca de 82% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 4,7 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 700 milhões, ou 12%), hidroviário (R\$ 1066 milhões) e outros (R\$ 251 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2013, cerca de R\$ 112 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 4,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 12,8 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 67 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2012.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 5,4% foram pagos até 27 de fevereiro (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 5,2% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2013, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 18 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 35% no Ministério das Cidades (R\$ 6,4 bilhões) e 32% no Ministério dos Transportes (R\$ 5,8 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 3,3 bilhões (18% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 5 milhões até 27 de fevereiro. O pagamento realizado foi de R\$ 4 milhões. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 7,3 bilhões. Restam R\$ 45 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2013 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 27/02/2013*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	641	1	0	0	0	0	0	14	14	740
MAPA	95	0	0	0	0	0	0	43	43	1.080
MCT	498	0	0	0	0	0	0	72	72	1.067
MDIC	0	0	-	0	-	0	-	7	7	74
MME	34	0	1	0	0	0	0	16	16	41
M. Transportes	5.738	89	2	0	0	0	0	694	694	12.150
M. Comunicações	61	0	0	0	0	0	0	18	18	110
MMA	94	1	2	0	0	0	0	10	10	78
MDA	248	0	0	0	0	0	0	31	31	1.925
M. Defesa	4.792	2.267	47	100	2	0	0	494	495	6.371
M. Int. Nacional	2.424	134	6	0	0	0	0	268	269	5.872
M. das Cidades	2.372	86	4	0	0	0	0	415	415	12.189
Outros**	10.053	110	1	2	0	1	0	1.659	1.660	26.146
Total	27.051	2.690	10	102	0	2	0	3.741	3.742	67.844

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

*Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2013 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 27/02/2013*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	700	26	4	0	0	0	0	61	61	1.929
Hidroviário	106	0	0	0	0	0	0	3	3	270
Rodoviário	4.682	63	1	0	0	0	0	563	563	9.438
Outros	251	0	0	0	0	0	0	66	66	512
Total	5.738	89	2	0	0	0	0	694	694	12.150

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

*Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2013

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 27/02/2013*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	112	-0	37	74
União	4.690	-46	488	4.155

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 27/02/2013*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	12.765	-33	657	12.075
União	67.091	-150	3.252	63.689

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2013 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 27/02/2013*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.144	0	0	0	0	0	0	526	526	657
M. Planejamento	1	0	11	0	2	0	2	0	0	0
MCT	60	3	4	1	2	1	1	10	11	86
M. Fazenda	27	0	0	0	0	0	0	0	0	160
MEC	1.051	0	0	0	0	0	0	244	244	3.012
M. Minas e Energia	68	13	19	2	3	2	2	46	47	191
M. Saúde	884	15	2	0	0	0	0	120	120	3.545
M. Transportes	5.777	95	2	1	0	1	0	698	699	12.037
M. Cultura	230	0	0	0	0	0	0	12	12	279
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
MDA	100	0	0	0	0	0	0	10	10	1.249
M. Defesa	0	0	0	0	0	0	0	164	164	3.675
M. Integr. Nacional	2.036	127	6	0	0	0	0	226	227	3.650
M. Desenv. Social	114	0	0	0	0	0	0	175	175	129
M. Cidades	6.357	3.087	49	1	0	0	0	5.087	5.087	16.747
Total	18.083	3.340	18	5	0	4	0	7.319	7.323	45.447

Documento elaborado com dados disponíveis até 05 de março de 2013.